

REORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS BRASILEIROS:

a segregação dos terreiros de matriz africana

HÉRCULES SOUZA DE CARVALHO¹
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

GLAUBER BARROS ALVES COSTA²
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

ROSICLEIA JESUS DA SILVA³
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Resumo

O processo de formação das cidades brasileiras foi pautado sobre um método eugenista e embranquecedor de seus espaços. Os centros urbanos passaram por reformas que adotavam um projeto de “limpeza” das habitações coletivas que consistiam nos territórios negros após o final da escravidão. Percebe-se que seus espaços culturais e religiosos – seus terreiros – se tornaram locais de resistência, de sobrevivência de seus adeptos e sua principal forma de expressão de resistência no espaço urbano. Os espaços religiosos de matriz africana foram se afastando para os limites das cidades e consolidando o processo de segregação socioespacial. Para a manutenção do poderio daqueles que sempre foram vitoriosos sobre o espaço físico, eram realizados ataques aos costumes e moral dos grupos que desejavam segregar, estereotipando e marginalizando suas populações. Com base nesses conceitos, procura-se problematizar como os terreiros de matriz africana têm sido afetados pelas políticas públicas que causaram a segregação socioespacial. Portanto, é importante entender a localização destes espaços para analisar sua distribuição geográfica e fornecer dados para movimentos de autopreservação, autoconhecimento de suas histórias e para pesquisas acadêmicas e da comunidade. Também servem como diretrizes para a (re)formulação de políticas públicas que venham a combater a especulação e a segregação socioespacial. Logo, um importante aliado para registrar esse processo é o mapeamento dos terreiros fazendo o registro dos locais dessas comunidades. Seus resultados servem, além de fontes de conhecimentos, como instrumentos pedagógicos para uma maior interculturalidade na educação, ao apresentar a realidade das religiões de matriz africanas nos espaços escolares.

Palavras-chave: Ensino. Racismo. Segregação socioespacial.

Abstract

The formation process of Brazilian cities was based on a eugenicist method of whitening their spaces. Urban centers underwent reforms that adopted a project to "cleanse" the collective dwellings that consisted of black territories after the end of slavery. It can be seen that their cultural and religious spaces - their terreiros - became places of resistance, of survival for their adherents, and their main form of expression of resistance in the urban space. The religious spaces of African origin have been moving to the edge of the cities and consolidating the process of socio-spatial segregation. To maintain the power of those who have always been victorious over physical space, attacks were made on the customs and morals of the groups they wished to segregate, stereotyping and marginalizing their populations. Based on these concepts, we seek to problematize how terreiros de matriz africana have been affected by public policies that have caused socio-spatial segregation. It is therefore

important to understand the location of these spaces to analyze their geographical distribution and provide data for self-preservation movements, self-knowledge of their histories and for academic and community research. They also serve as guidelines for (re)formulating public policies to combat speculation and socio-spatial segregation. Therefore, an important ally in recording this process is the mapping of terreiros by registering the locations of these communities. In addition to being a source of knowledge, the results serve as pedagogical tools for greater interculturality in education, by presenting the reality of African religions in school spaces.

Keywords: Racism. Socio-spatial segregation. Teaching.

Introdução

“O Brasil foi o último país a abolir a escravidão” (Nunes, 2006, p. 90) e o direito à cidade ainda, entre tantas outras, é uma persistente luta em uma sociedade desigual racial e economicamente. Com o fim da escravização, sobreveio um processo de redefinição do espaço urbano brasileiro que, através da “imigração maciça de europeus e a dinâmica da economia do café” (Rolnik, 1997, p. 75), estabeleceu novos territórios negros: “nos porões e cortiços” dos centros das cidades. Sabemos ainda que a intensa imigração europeia teve um papel de higienismo da população ao propor um branqueamento dos brasileiros. Sobre esse momento histórico do branqueamento da população tem se que,

A teoria brasileira do “branqueamento” [...] [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (Skidmore, 1989, p.81).

O processo de eugenia e branqueamento da população brasileira, irá refletir no espaço urbano de formas variadas. Cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a adotar projetos de “limpeza” de seus bairros, que tiveram como principais alvos os territórios negros, que passaram a ser apartados com as reformas e toda a sua população foi excluída de qualquer assistência, enraizando a desigualdade, ampliando as faltas de oportunidades e o racismo.

A cidade precisava ser branqueada e os corpos negros não podiam ocupar espaços de elite ou espaços centrais das cidades, a eugenia, do geógrafo Galton (1988), ganhava cada vez mais força nos bancos da academia, a ciência brasileira reforçava a ideia de uma raça superior.

Apesar da centralidade do sanitarismo na eugenia brasileira, a questão racial ocupou espaço privilegiado, principalmente o debate sobre imigração, miscigenação racial e branqueamento. Não é por acaso que o grande dilema dos eugenistas consistia justamente em lidar com a mistura de raças, vista como responsável pelas mazelas do país (Souza, 2022, p.89).

A materialização da eugenia, branqueamento e racismo da sociedade no espaço urbano irá se concretizar na proibição das ganhadeiras venderem seus quitutes em determinadas ruas, das capoeiras de acontecerem em espaços centrais, ou dos terreiros ocuparem espaços urbanos da região central das grandes cidades, bem como a moradia dos negros. No Rio de Janeiro a ocupação deles se dará nos morros por serem os espaços dispensados da elite carioca que privilegiava a parte plana da cidade.

Os impactos desse processo segregacionista podem se dar de diversas formas. “A distância física naturaliza a distância social, como se cada grupo estivesse no seu devido lugar [...]” (Andrade, Silveira, 2013, p. 383) e, conforme esse processo se expande junto ao crescimento dos limites urbanos, temos que suas consequências se ampliam desde um maior isolamento dos pobres, quanto ao aumento dos custos que essa expansão traz a esses grupos sociais.

Segregados, a população negra e pobre passa a encarar os desafios de custear seu deslocamento para as regiões detentoras das oportunidades de trabalho, de educação, e saúde, enfrentam os desafios do distanciamento quanto à convivência com outros grupos sociais (Andrade, Silveira, 2013, p. 383) e, quando não conseguem absorver com tais custos, vivem em meio ao desemprego e a fome.

Considerando essas consequências, a população negra passou a se organizar em ambientes de suporte para a manutenção da cultura e sobrevivência dos povos africanos aqui escravizados. Em sua análise, Raquel Rolnik indica que o terreiro de religião de matriz africana se constituiu como importante espaço de refúgio.

Um dos suportes mais sólidos desse patrimônio [cultural negro-africano] foi, desde a senzala, o próprio corpo, espaço de existência, continente e limite do escravo. [...] Era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; era através dele também que a memória coletiva pôde transmitir-se, festejada. Foi assim que o pátio da senzala, símbolo da segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade (Rolnik, 1997, p. 65).

O terreiro de religião de matriz africana não é somente um local de culto, é também utilizado como forma de habitação coletiva temporária ou fixa de seus adeptos. E foram essas habitações coletivas que configuraram o território negro no final da escravidão e se tornaram alvos de “desmontes” e de “ataques reais e imaginários” com o intuito de apagar os traços afro-brasileiros nas cidades do país.

No caso [...] de São Paulo, importava politicamente aos novos dirigentes da nação [...] inscrevem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-lo em fonte de lucro [...]. Isso se deu por meio de reformas urbanas que, como veremos, descolaram território negros e bloquearam seus circuitos, bem como através da ampla desqualificação e estigmatização desse território, em nome da luta contra a promiscuidade (Rolnik, 1997, p. 66).

Entendendo que “o racismo transcende o âmbito da ação individual” Almeida (2019), e que o poder político e social só possui a dimensão de ser exercido de uma raça sobre a outra, ou de um grupo sobre outro, quando amparado pelas instituições, podemos afirmar a existência do racismo institucional, ou estrutural, no processo de expansão urbana das cidades brasileiras. Assim, as políticas públicas constituídas, notadamente, a partir do final do século XIX, ampararam um projeto de Estado racista e segregador.

Por conseguinte, buscamos problematizar a questão: como os terreiros de matriz africana, no estado da Bahia, têm sido afetados pelas políticas públicas urbanas, a segregação socioespacial e o racismo?

Essa reflexão surge ao entender que, apesar de existirem inúmeros instrumentos de ordenamento urbano – como o Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo; as Zonas de Habitação de Interesse Social; o Plano Diretor Participativo – que visam garantir a função social da terra em sua amplitude e longe dos interesses especulativos, os espaços hoje ocupados pelos terreiros de religiões de matriz africana sofrem, assim como os sujeitos com eles envolvidos, os efeitos da segregação socioespacial e do racismo estrutural.

Perceber esse problema também é questionar como a educação, sob o ponto de vista da interculturalidade, forma a sociedade, questionando o problema racial e seus estigmas perante a população pobre – em sua maioria, negra – brasileira (Belandi, 2022).

Mapeando a segregação - instrumento para a interculturalidade

A cultura, para Giroux (1986) é o construto principal que podemos manipular para compreendermos as complexas relações entre a educação e a sociedade. Compreender a cultura, a vivência e o cotidiano dos cidadãos em um espaço urbano é compreender como o espaço se materializa e se concretiza a partir das relações sociais no tempo.

No campo da educação é imprescindível um letramento racial crítico que garanta aos alunos da educação básica um contato com essas teorias e principalmente com mapas que mostram como a sociedade se organizou com o passar do tempo.

Apresentar para estudantes da educação básica uma cultura não hegemônica em um país de maioria cristã, é mostrar que existem outros lugares de socializações, outras crenças religiosas, e propiciar um espaço educativo capaz de romper essa ampla violência simbólica imposta pelos grupos opressores, da própria violência subjetiva formada nos sujeitos espacial e socialmente segregados (Carvalho, Arantes, 2021, p. 6) e da quebra da discriminação quanto as culturas de matriz africana. Desta forma, como propõe Vera Maria Candau e Kelly Russo (2010), as diferenças podem ser transformadas em vantagens pedagógicas.

O mapeamento colaborativo e a cartografia social são possibilidades de formação no campo da educação formal e não formal de criação de saberes que são construídos sobre a segregação socioespacial vivida por terreiros, ao mesmo tempo que se tornam mecanismos de resistência ao construírem seus próprios mapas. Para entender sobre mapeamento, é preciso entender que não existe uma única Cartografia.

A Cartografia temática, é a cartografia tradicional que sempre foi feita pelos cartógrafos que basicamente é a produção de cartas e mapas com ou sobre um determinado tema, sendo importante entender que ela se difere da Cartografia Social. A Cartografia temática é a produção do mapa que também pode incluir a dimensão social, mas a técnica prevalece preocupada com a localização por exemplo de comunidades quilombolas ou de terreiros, ligada à Geografia Humana, traz em seus mapas temáticas sociais, o que não a torna na perspectiva da Geografia Social porque essa propõe um protagonismo na autoria do mapa ouvindo as vozes dos envolvidos.

A Cartografia Social já inclui um mapeamento em uma perspectiva colaborativa de construção coletiva de mapas.

Já a Cartografia Social é a área teórica cuja proposta conceitual e metodológica contempla a utilização de técnicas e vivências na confecção de mapas coletivos, pelos indivíduos e grupos conhecedores do território (Herrera, 2009; Seemann, 2011). Herrera reforça que "os mapas são produtos simbólicos e culturais e, portanto, o uso de cartografias deve estar de acordo com o contexto sociocultural em que as mesmas são utilizadas" (Herrera, 2009, p. 19, tradução) (Souto, 2021, p.16).

Se faz necessário entender essa diferença para compreender que o mapa apresentado aqui foi construído na perspectiva da Cartografia temática, não houve um mapeamento social, mas busca-se de certa forma apresentar onde estão localizados os terreiros na cidade de Vitória da Conquista na Bahia e a partir disso entender como a segregação socioespacial se materializa.

O mapeamento de terreiros de religião de matriz africana se faz importante por possibilitar a análise da distribuição geográfica desses locais, que são sagrados para seus adeptos, contribuindo para que ações de proteção e preservação possam ser desenvolvidas. Além disso, o mapeamento identifica áreas onde essas manifestações religiosas e culturais estão mais fortemente enraizadas, servindo de material de consulta para pesquisadores e para a própria comunidade religiosa.

É preciso considerar, antes de tudo, que um terreiro é, além de um espaço religioso, uma residência. “Um espaço que surge mais pela necessidade em acomodar e acolher do que pelo supérfluo, com a perspectiva de ser não somente uma grande família, que acolhe [...], mas também um espaço [...] de manter a memória das tradições africanas” (Diéne, 2021, p. 45).

Ou seja, com o passar do tempo e da organização dos centros urbanos, os terreiros passaram a ser pontos de aglomeração territorial daqueles grupos étnicos que sempre estiveram excluídos e foram sendo expulsos das partes centrais das cidades, devido ao racismo e ao processo de segregação socioespacial sofrida por seus adeptos e população originária.

Com esses resultados verificados com o processo de aglomeração de grupos sociais em um determinado espaço territorial e social, verificada a partir da “proximidade ou concentração residencial de famílias de um mesmo grupo” (Carvalho, Arantes, 2021, p. 20), é possível analisar se essas consequências de aglutinação de determinados grupos são positivas, negativas ou não igualitárias dentro do espaço urbano, de maneira a reproduzir as desigualdades e a estigmatização racial como formas de perpetuação dos prováveis privilégios.

Aprofundando no entendimento, temos que, segundo Sabatini e Sierralta, esse conceito pode ser definido na análise da organização dos grupos sociais e seus integrantes, da percepção de como essas pessoas se localizam na cidade e seu grau de concentração; a heterogeneidade de participantes de diversos grupos dentro de um mesmo espaço geográfico; e a capacidade que cada indivíduo tem para entender sua participação em seu grupo social (2006, p. 171).

Esse aspecto subjetivo pode estar associado às amenidades presentes ou ausentes em diferentes bairros, bem como à identidade social do indivíduo, que vem carregada de estigmas e preconceitos devido à sua condição econômica e local de residência.

De um lado, encontram-se os estigmas territoriais que se encarregam de marcar os bairros 'ruins'. Todos os que lá vivem são suspeitos. De outro, os bairros de prestígios, denominados 'exclusivos' pelos corretores de imóveis, o que não deixa de ser eloquente por si mesmo. Viver em tal área outorga status e outras vantagens [...], como a qualidade dos serviços e infraestruturas (Sabatini, Sierralta, 2006, p. 172).

Aliado à essa marginalização da população pobre e negra dos centros das cidades, houve, também, um movimento para estereotipar e criminalizar a permanência dessas comunidades nesses locais. Suas expressões culturais como suas danças, seus ritos, seus ritmos - expressões essenciais do ser afro-brasileiro - passaram a ser vistos como luxúria, promiscuidade e até mesmo, atos criminosos nos territórios urbanos (Rolnik, 1997).

Exemplificando esse processo, temos a cidade de Vitória da Conquista - BA, que iniciada através do povoamento baseado no "convívio entre povos com culturas semelhantes e, ao mesmo tempo, distintas entre si" (Aguiar, 1997, p.56), como os negros, indígenas e os portugueses, já demonstrava uma tendência de ocupação dos territórios limítrofes das cidades pela população negra, sendo uma consequência de todos os aspectos que proibiam sua permanência e vivência nos centros das cidades.

Segundo Itamar Aguiar, durante o processo de surgimento das religiões de matriz africana na cidade de Vitória da Conquista, os terreiros já ocupavam os lugares nos limites da então região urbana do local:

Ao observarmos a localização e distribuição desses terreiros no espaço urbano da época, algo nos chamou atenção. Eles ocupavam os limites: sul, sudoeste, oeste, norte e nordeste da cidade, que eram habitados por trabalhadores, descendentes de negros e indígenas [...]. Ficava desocupado de terreiros apenas do centro para o leste, onde se localizavam os templos das denominações católica, espírita e protestante e eram habitados pelos setores dominantes, pelas famílias dos grandes proprietários e seus descendentes, identificados pelos moradores da Cidade como os das 'famílias tradicionais' (1999, p. 68).

Todavia, a organização dos adeptos dessas religiões não se deu na formalidade da constituição de um terreiro, já que suas práticas litúrgicas foram, por décadas, marginalizadas na cidade, como evidenciado em registros no Código de Posturas Municipais da então Imperial Villa da Victória.

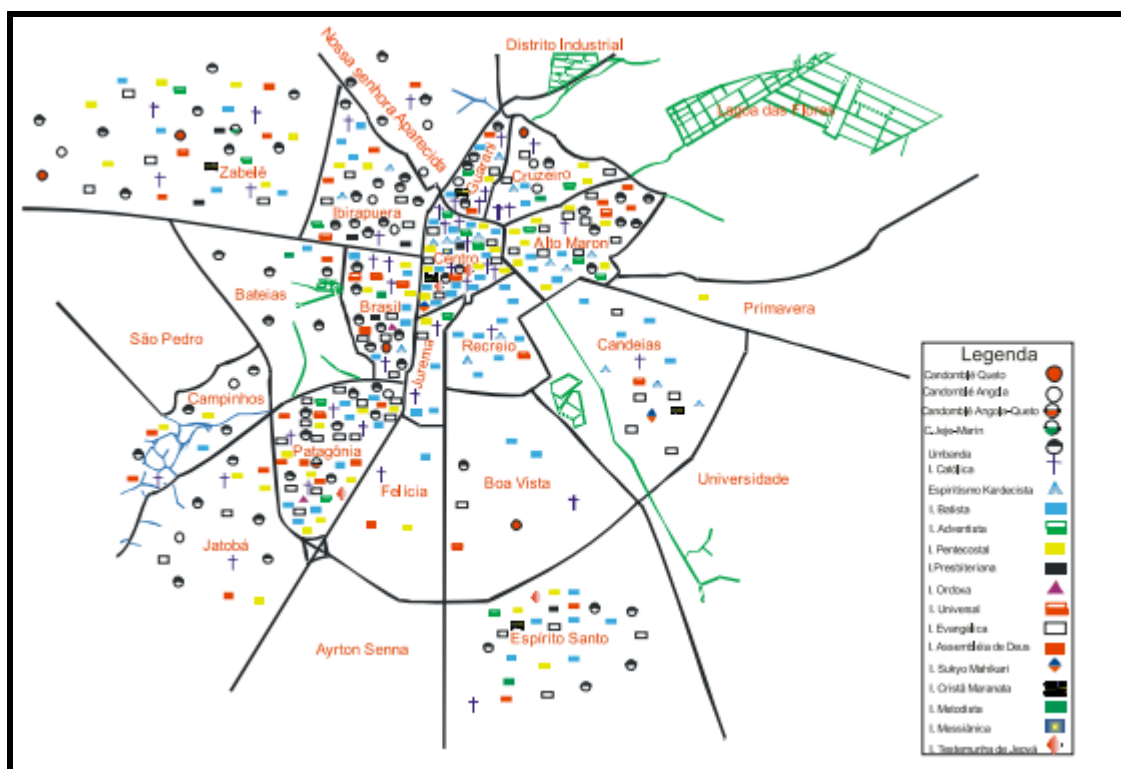
A legislação, em vigor a partir de 1847, proibia "quaisquer manifestações como sambas, rezas e cantorias", (Itamar, 1999, p.61) sob pena de multas e prisões; era vedado

“lançar imundices nas ruas ou travessas dêllas”, “entupir as fontes, ou tanques de lugares públicos, ou lançar-lhes imundices” (Itamar, 1999, p. 61). Neste caso, o termo imundices se referia a um objeto qualquer descartado, mas que também era utilizado como forma de criminalizar o assentamento das oferendas realizadas pelos escravizados.

Segundo o autor, havia ainda outros códigos legais que proibiam a reunião de escravizados com batuques pelas ruas e casas a partir das oito horas da noite, bem como restringiam a locomoção individual da pessoa negra pelas ruas à noite. Artigos semelhantes buscavam, ainda, vetar qualquer manifestação ou costume que fizesse alusão a um ritual das religiões de matriz africana pelos espaços da cidade.

A organização dos espaços de religiões de matriz africanas na cidade de Vitória da Conquista - BA, pautada sobre todos esses processos racistas e segregacionistas, pode ser entendida através do mapa (Figura 01) desenvolvido por Itamar Aguiar, que durante sua pesquisa para sua tese de doutorado, procurou mapear a localização dos templos religiosos existentes na cidade à época.

Figura 01 - Mapa de templos religiosos na cidade de Vitória da Conquista - BA



Fonte: Aguiar, 2007, p. 266.

Figura 02 – Legenda do mapa de templos religiosos na cidade de Vitória da Conquista – BA (Figura 01)

| Legenda | |
|------------------------|--|
| Candomblé Queto | ● (Círculo sólido laranja) |
| Candomblé Angola | ○ (Círculo branco) |
| Candomblé Angola-Queto | ● (Círculo dividido horizontalmente em verde e laranja) |
| C. Jeje-Marin | ● (Círculo dividido verticalmente em verde e branco) |
| Umbanda | ⊕ (Cruz preta) |
| I. Católica | ✝ (Cruz branca) |
| Espiritismo Kardecista | ▲ (Triângulo azul) |
| I. Batista | ■ (Quadrado azul) |
| I. Adventista | ■ (Quadrado verde) |
| I. Pentecostal | ■ (Quadrado amarelo) |
| I. Presbiteriana | ■ (Quadrado preto) |
| I. Ordoxa | ▲ (Triângulo verde) |
| I. Universal | ■ (Quadrado laranja) |
| I. Evangélica | □ (Quadrado branco) |
| I. Assembléia de Deus | ■ (Quadrado laranja) |
| I. Sukyo Mahikari | ◆ (Losango azul) |
| I. Cristã Maranata | ■ (Quadrado dividido em quatro cores: verde, amarelo, laranja, branco) |
| I. Metodista | ■ (Quadrado verde) |
| I. Messiânica | ■ (Quadrado dividido em verde e amarelo) |
| I. Testemunha de Jeová | ◆ (Losango verde) |

Fonte: Aguiar, 2007, p. 266.

Em vista do que foi exposto até aqui, o texto aprofunda a discussão entre as consequências dos processos de racismo e da segregação socioespacial sob a ótica dos espaços religiosos de matriz africana como lugar de preservação de cultura e de acolhimento de seus adeptos na sociedade e possui, no mapa (Figura 01) desenvolvido por Aguiar, um ótimo instrumento para traduzir o processo de marginalização destes espaços religiosos dos centros urbanos. Não obstante, também entendemos como necessária a análise de dados de fontes quantitativas como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuadas (PNAD) com foco nos grupos sociais estudados para, juntamente com o processo de mapeamento, se tornarem fontes capazes de traduzir a segregação de forma a analisar as consequências espaciais e sociais.

Considerações Finais

Observamos que compreender a segregação socioespacial de terreiros de candomblé em cidades como Vitória da Conquista e com dados advindos de outras pesquisas como o censo, revelam um racismo espacial e estrutural que historicamente segregou espaços religiosos.

Entendemos que as políticas de eugenia e branqueamento do povo brasileiro, desenvolvidas pela elite e pelos políticos no século passado, frutificaram e se materializaram nas periferias das grandes cidades em bairros e espaços urbanos que a população negra ocupou.

Observa-se um processo histórico de guetização dos espaços negros, que atualmente reverberam em espaços frágeis de equipamentos urbanos o que propicia o racismo estrutural, institucional, religioso e a perseguição e opressão às pessoas de religião de matriz africana.

É necessário entender também o papel da branquitude na estruturação desses espaços e como ela se organiza espacialmente ocupando espaços valorizados na cidade e sendo cidadãos com direito à cidade, mas sem a compreensão da exclusão histórica de negros e a destinação desses povos a guetos urbanos.

Ainda destacamos, o mapeamento da cartografia sistemática que revela espacialmente onde se localizam os templos religiosos e problematizamos como eles são desprovidos do direito à cidade.

Referências

AGUIAR, Itamar Pereira de. **As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista: caminhos da diversidade**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3957>>. Acesso em: 05 set. 2023.

AGUIAR, Itamar Pereira de. **Do púlpito ao baquiço: Religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca**. 2007. Tese (Doutor em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3827>>. Acesso em: 05 set. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LyqsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=racismo+estrutural&ots=Qnfg5nqliV&sig=Q7ZBohungG0Rjll9jhIEpLfJiI0#v=onepage&q&f=true>>. Acesso: 08 set. 2023.

ANDRADE, Luciana Teixeira; SILVEIRA, Leonardo Souza. Efeito-território: explorações de um torno de um conceito sociológico. **Civitas**. Infância e crianças: saberes, tecnologias e práticas. Porto Alegre, RS, vol. 13, n. 2, p. 381-402, maio-ago, 2013. DOI: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BELANDI, Caio. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Agência IBGE Notícias**, 05 dez. 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CARVALHO, Inaiá; ARANTES, Rafael. “Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea. **Revista URE – Revista de Estudos Urbano Regionales**, vol. 47, n. 142, p. 49-72, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.7764/EURE.47.142.03>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DIÉNE, Aisha – Angèle Leandro. **Arquitetura de terreiro: compreendendo socioespacialidades na comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/41653?locale=fr>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GALTON, Francis. **Herencia y eugenesia** Tradução, introdução e notas R. A. Peález. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução**. Trad. Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>>. Acesso 05 set. 2023.

NUNES, Gisele de Fátima Cardoso. **Produção da vida urbana e segregação socioespacial: dinâmicas e desafios pertinentes ao município de Paço do Lumiar – Maranhão**. 2022. Dissertação (Mestre em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. 233 p. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/4078>>. Acesso em: 10 set. 2023.

ROLNIK, Raquel. Fronteiras: unicidade da lei e multiplicidade dos territórios. In: ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. ed. Studio Nobel, Fapesp, São Paulo, 1997, Cap. 2, p. 59-100. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5642551/mod_resource/content/1/ROLNIK-Raquel_A%20Cidade%20e%20a%20Lei_cap-2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidades latino-americana. **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**, p. 169-195, 2006. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/novas-metropoles-paulistas-populacao-vulnerabilidade-e-segregacao/>>. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTOS, Roberval Soares. **Cidades e muros: do discurso da insegurança e do medo à produção de espaços exclusivos**. Orientador: Dr. Mário Rubem Costa Santana. 2019. 156 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgeo/wp-content/uploads/2020/11/Roberval_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Final-.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930) In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, nº 89, 2022 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06>

SOUTO, Raquel Dezidério. **Mapeamento Participativo e Cartografia Social: Aspectos Conceituais e Trajetórias de Pesquisa**, Rio de Janeiro, 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Autor 1:



Hércules Souza de Carvalho

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR, Especialista em Design de Interiores pelo Instituto de Pós-Graduação - IPOG, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade.

Email: arq.hcarvalho@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0907201319620567>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6597-8894>

Autor 2:



Glauber Barros Alves Costa

Doutor em Educação (UFSCAR) com doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa em Portugal (ULISBOA). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Licenciado em Geografia pela UESB-2004 e licenciado em Pedagogia pela Claretiano.

Email: gbcosta@uneb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7716686318910908>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4368-2964>

Autor 3:



Rosicleia Jesus da Silva

Licenciada em Geografia pela Universidade de Estado da Bahia, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade. Professora da rede estadual de ensino da Bahia.

Email: rjsuneb@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2219242260451394>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6747-3384>